

O Arraial de São Gonçalo do Tijuco: história, memória e patrimônio do distrito de Amarantina em Ouro Preto¹

Tarcísio de Souza Gaspar

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de
Minas Gerais
tarcisio.gaspar@gmail.com

Resumo

Este artigo investiga a história, a memória social e o acervo patrimonial relacionado a Amarantina, distrito rural da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Assim como a maior parte dos povoados dispostos ao redor da cidade, a localidade teve surgimento em fins do século XVII ou princípios da centúria seguinte, como produto da ocupação demográfica que deu origem a Minas. Objetivou-se avaliar a inserção do distrito no processo histórico de Minas, as peculiaridades de seu desenvolvimento local e o legado patrimonial e memorialístico ali existente.

Palavras-chave: Amarantina, história, memória e patrimônio.

Abstract

This article investigates the history, social memory and the heritage of Amarantina, rural district of the Ouro Preto city. Like most of the settlements arranged around the city, the location was the emergence in the late seventeenth century or the beginning of the following century, a product of demographic occupation that resulted in Minas Gerais. We evaluated the insertion of the district in the historical process of Minas, the peculiarities of its local development and heritage legacy and memorialistic living there.

Keywords: Amarantina, history, memory and heritage.

¹ No trabalho que deu origem a este artigo tive a colaboração dos colegas da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Ouro Preto. Agradeço especialmente a Bruno Tropa Caldas e a Greiza Tavares, pelo compartilhamento das atividades de pesquisa e de produção.

Amarantina situa-se a 25 km de Ouro Preto e constitui um dos doze distritos rurais vinculados ao município. Assim como a maior parte dos povoados dispostos ao redor da cidade, a localidade teve surgimento em fins do século XVII ou princípios da centúria seguinte, como produto da ocupação demográfica que deu origem a Minas Gerais. Este artigo investiga a história, a memória social e o acervo patrimonial relacionado a Amarantina, a fim de avaliar a inserção do distrito no processo histórico de Minas, as peculiaridades de seu desenvolvimento local e o legado patrimonial e memorialístico ali existente.

Lei Robin Hood e pesquisa histórica

Este artigo resulta de pesquisa realizada entre os anos de 2008-09, vinculada ao Inventário do Patrimônio Cultural da Cidade de Ouro Preto, em trabalho executado no âmbito da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano (SMPDU) da Prefeitura de Ouro Preto. A pesquisa destinava-se à elaboração de inventários, que seriam submetidos ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), como parte das ações prescritas na Lei *Robin Hood*, com validade no Estado de Minas Gerais desde 1996.² Esta lei estipulou o repasse de

² Na verdade, a Lei *Robin Hood* é resultado de três textos legislativos aprovados na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: a lei 12.040, de dezembro de 1995, a lei 12.428, publicada um

recursos oriundos da cota-parte do ICMS aos municípios mineiros que executassem ações de proteção e de preservação patrimonial, produzissem inventários de pesquisa e promovessem projetos na área de educação patrimonial. Desde a implantação do “ICMS/cultural”, Ouro Preto destacou-se como uma das municipalidades estaduais que mais recursos recebeu da linha de fomento.³ Em meados de 2008, a SMPDU contava, para a produção dos inventários, com uma equipe exclusiva de três profissionais: um arquiteto, um pesquisador assistente e um historiador, responsáveis pela feitura dos inventários relativos a quatro distritos rurais (Santa Rita, Santo Antônio do Leite, Engenheiro Corrêa e Amarantina).⁴ Ao final de um ano de trabalho, foram produzidos cinco volumes, somando mais de duas mil páginas, contendo inventários de bens móveis e imóveis de natureza patrimonial. O trabalho abrangeu as seguintes categorias: Acervo Urbano, Acervo Rural, Sítios Arqueológicos e Históricos, Sítios Naturais e Arquivos. Além disso, produziram-se seções

ano depois da primeira; e, em 2001, entrou em vigor a última versão – a Lei 13.803, de dezembro de 2000.

³ BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima; SOUZA, Nícia Raies Moreira de. A descentralização das ações na área do Patrimônio Cultural: o impacto da Lei Robin Hood nos municípios mineiros. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A013.pdf. Acesso: 15 de julho de 2010.

⁴ A equipe contava com o arquiteto/urbanista Bruno Tropa Caldas, a pesquisadora assistente Greiza Tavares, graduanda em história pela Universidade Federal de Ouro Preto, e o próprio autor.

destinadas à discussão teórico-metodológica do trabalho e à análise histórica de cada um dos distritos estudados.⁵

A pesquisa histórica acerca do distrito de Amarantina deu-se em duas etapas. Na primeira, realizou-se a visitação, o levantamento de campo e a seleção dos objetos de estudo. Através da visitação a casas, igrejas, fazendas, sítios arqueológicos e paisagísticos, ruínas e arquivos foi possível conhecer, dimensionar e selecionar um conjunto de bens patrimoniais a ser inventariado. Adotaram-se critérios de seleção que levassem em conta aspectos culturais, sociológicos, históricos e arquitetônicos presentes no meio pesquisado. De forma geral, é possível dizer que as histórias de bens patrimoniais de fundo *monumental* — tais como grandes fazendas, igrejas e casarões coloniais, quase sempre pertencentes ou vinculados a grupos sociais dominantes — dividiram espaço com narrativas de fundo popular, que, não obstante, representaram dados culturais fundamentais para a história local.

Após a seleção, o levantamento de

campo distinguiu-se pela visitação aos bens patrimoniais. Permitindo a observação *in locu* de características arquitetônicas, sociais e antropológicas, a visitação ainda ensejou o contato com moradores e responsáveis, o que possibilitou a realização de entrevistas e o recolhimento de relatos orais a respeito da trajetória de pessoas, de famílias e da própria sociedade local. Parte da investigação histórica consumiu-se, portanto, no contato direto com a realidade do distrito, com sua população e com seu cotidiano, recorrendo-se, sobretudo, à feitura de entrevistas e/ou ao recolhimento de relatos orais juntos aos moradores.

A outra vertente de pesquisa aconteceu em arquivos, bibliotecas e centros de memória diversos. A pesquisa documental e bibliográfica ocorreu simultaneamente aos exercícios de história oral e permitiu o seu contraponto e complemento. As entrevistas, por seu turno, permitiram a coleta de informações cadastrais, patrimoniais e históricas. Além disso, realizou-se o registro fotográfico de instalações, de espaços, de pessoas, de imagens e de fotografias, de documentos e demais itens de teor histórico documental interligados aos patrimônios.

O trabalho de história oral caracterizou-se pelos seguintes procedimentos. No caso das edificações residenciais, foram realizadas entrevistas com os proprietários dos bens e/ou com seus moradores mais antigos. Optou-se pelo livre registro escrito das informações recolhidas, sem a captura áudio visual das entrevistas, já que tal prática — salutar para

⁵ PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Amarantina*. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 1v., 584p; PREFEITURA Municipal de Ouro Preto *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Santo Antônio do Leite*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 2v., 684p; PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 1v., 415p; PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Santa Rita de Ouro Preto*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 1v., 449p.

trabalho que se desejasse mais complexo do ponto de vista científico — demandaria um esforço de trabalho inviável na situação, devido ao volume de entrevistas demandadas, que teriam de ser registradas em curtíssimo período de tempo. Nas entrevistas, privilegiou-se a obtenção de dados biográficos e familiares acerca da vida dos entrevistados, relacionando-os à trajetória histórica do distrito e da própria sociedade brasileira. Neste sentido, teve importância especial a conflituosa relação entre memória e história.⁶ Quatro tipologias de informação foram frequentemente relatadas nas entrevistas, confirmando o modelo proposto por Michel Pollak: 1- os acontecimentos vividos pessoalmente pelo entrevistado; 2- os acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade à qual pertence o entrevistado; 3- as *peessoas*, ou *personagens*, envolvidas nos acontecimentos; 4- os *lugares de memória* arraigados enquanto cenários das lembranças.⁷

A outra vertente de pesquisa ocorreu junto a arquivos documentais e bibliotecas. Esta atividade valeu, sobretudo, para o estudo do contexto e da evolução histórica do distrito e também para o desvendamento de trajetórias familiares e/ou individuais mais antigas ou de teor impessoal, tais como as igrejas e as fazendas dos séculos XVIII e XIX. Em todo caso, a pesquisa documental foi fei-

ta paralelamente aos exercícios de história oral, complementando-os e servindo de contraponto metodológico às entrevistas. A investigação primária pôde, por seu lado, angariar informações importantes e inéditas, que não poderiam advir do histórico oral.

Partiu-se do princípio de que a ideia de documento aproxima-se das noções de monumento e patrimônio. Documentos, monumentos e patrimônios possuem natureza social e, portanto, necessitam de análise crítica, a fim de se alcançar seus elementos propriamente históricos. Os documentos também constituem monumentos que trazem em si narrativas construídas, “falsificadas” e parciais acerca do passado. O valor histórico dos documentos, assim como dos monumentos, encontra-se explicitamente na natureza social, “forjada”, de seus conteúdos.⁸

Historiografia e periodização

A produção historiográfica acerca do distrito de Amarantina é escassa. Sua trajetória foi relatada a partir de referências bibliográficas de fundo memorialístico, baseadas em relatos orais proferidos por moradores locais ou pessoas autorizadas. Não obstante, a história de Amarantina deixou muitos registros documentais, depositados em arquivos variados. O Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), por exemplo, contém documentação paroquial referente aos

⁶ LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 11-49.

⁷ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

⁸ LE GOFF, *op. cit.*, p. 95-106.

templos católicos locais (capelas de São Gonçalo da Vargem e de São Gonçalo do Tijuco) durante os séculos XVIII e XIX; a Coleção da Casa dos Contos, parcialmente lotada no Arquivo Público Mineiro e na própria Casa dos Contos, revela documentos acerca do universo econômico do distrito no mesmo período. Igualmente, o Cartório de Registro Civil e Notas de Amarantina deposita rica documentação relacionada às transações de compra e venda de terras e de escravos, com datação iniciada em meados do século XIX; citem-se também os registros de nascimento, de casamento e de óbito expedidos a partir de 1889, após a instauração do regime republicano.

Três obras bibliográficas enfocam a história de Amarantina, todas de teor memorialístico. A “Monografia da Freguesia da Cachoeira do Campo”, de autor anônimo, publicada em 1904 pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*, foi o primeiro trabalho a lançar dados e informações acerca do distrito. A Monografia fez breve menção à capela de São Gonçalo do Tijuco e à ocupação territorial, com base em uma carta de sesmaria doada ao roceiro Paulo Ferreira da Silva, em 10 de janeiro de 1736. A importância deste estudo residiu na influência que exerceu junto às investigações posteriores. Grande parte da narrativa memorialística acerca do distrito fundamentou-se nas informações da “Monografia”.⁹

Há também o despretenso e bem

realizado livro *Ouro Preto Conta Ouro Preto: tradições da terra do ouro*, publicado em 1996. Escrito pela professora Solange Sabino Palazzi Fortes, como resultado de um projeto cultural que envolveu funcionários, professores e alunos da Escola Estadual Dom Pedro II, em Ouro Preto, o livro descreve as trajetórias históricas dos distritos da cidade, com base em pesquisas de história oral e em relatos colhidos junto aos moradores locais.¹⁰ Há uma seção dedicada à história de Amarantina, cujo texto revela em sua feitura a influência de um morador local, Natalino Filho — conhecido memorialista residente no distrito, que concedeu entrevista aos realizadores da obra. A narrativa avança em termos teóricos, descrevendo aspectos culturais e econômicos da história de Amarantina.

A terceira obra coeva, intitulada *Amarantina conta a sua história*, foi escrita por Natalino Madalena Filho. Autonomamente publicado em 2005, o livro expõe um longo trabalho de coleta de informações, de fixação de memórias e de relatos orais, desenvolvido pelo autor junto à população local. Natural de Amarantina e morador do distrito, Natalino colocou-se como escritor das memórias de sua terra natal e descreveu, com especial atenção, a tradição cultural das Cavalhadas, principal festa religiosa de Amarantina. Embora pioneira, no que importa à fixação de alguns dados

⁹ MONOGRAFIA da Freguesia da Cachoeira do Campo. *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, v. 13, 1908, p. 77-111.

¹⁰ FORTES, Solange Sabino Palazzi. *Ouro Preto Conta Ouro Preto: tradições da terra do ouro. Projeto Escola em Movimento*, Escola Estadual Pedro II, 1996, p. 9.

fundamentais sobre o processo histórico do distrito e sobre alguns de seus personagens, a obra apresenta limitações de ponto de vista teórico e metodológico, deixando-se marcar por interpretação histórica notadamente conservadora, presa à descrição da história dos “grandes homens”, dos grandes feitos e instituições.¹¹

A trajetória de Amarantina pode ser dividida em quatro períodos históricos mais ou menos demarcáveis. O momento inicial se dá através da ocupação e da fundação das primeiras fazendas e roças durante o século XVIII. O segundo período ocorre durante o século XIX, quando, no ambiente proto-urbano, se constituiu a ossatura do casario, e, no ambiente rural, ocorreu a proliferação do número de fazendas e de sítios. Em 1890, já sob os auspícios do regime republicano, tem início o terceiro contexto, com a elevação do lugarejo à categoria de distrito da cidade de Ouro Preto e a emancipação da capela de São Gonçalo do Tijuco, tornada sede de paróquia. São características deste período a ampliação do traçado urbano e a instalação, a partir de 1920, da cultura do alho, que marcaria a economia local por mais de cinquenta anos. Por fim, a partir da década de 1980, desenhou-se novo panorama sócio-econômico, após a decadência e extinção da horticultura do alho, devido à proliferação de praga nociva. Na conjuntura atual, ganhou destaque o setor econômico terciário e de prestação de

serviços, ligado, sobretudo, à atividade de transporte de gêneros.

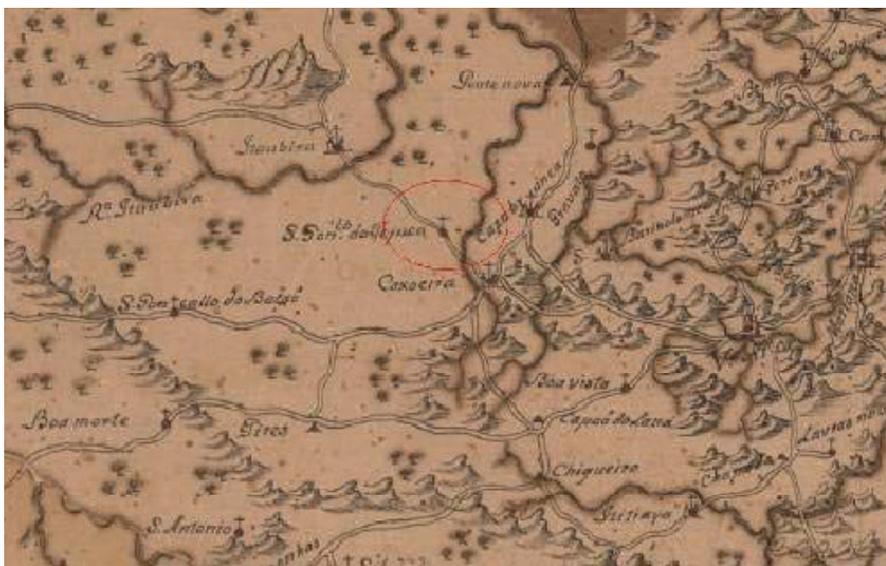
Arraial do Fogo e capelas de São Gonçalo (séc. XVIII)

A ocupação da localidade que viria a transformar-se no distrito de Amarantina teve início em fins do século XVII ou princípio da centúria seguinte. Acredita-se que o movimento de fixação coincida com a criação do arraial de Cachoeira do Campo, nos anos iniciais do setecentos. Em virtude das duas crises de fome ocorridas em Minas entre anos de 1699-00 e 1701-02, algumas populações que habitavam as minas de Ouro Preto e do Ribeirão do Carmo teriam migrado para os arredores, em busca de campos propícios à agricultura. Esta migração deu origem a um pequeno aglomerado de sítios e de fazendas, em lugarejo denominado Tijuco (termo tupi que significa região alagada ou muito úmida) ou Vargem e, posteriormente, São Gonçalo do Tijuco (topônimo que conjugava a figura devótica local à nomenclatura indígena), ou São Gonçalo da Vargem. Localizado às margens do Rio Maracujá, o lugarejo de São Gonçalo do Tijuco sofria inundações constantes, na época das chuvas, e o seu leito d'água transformava-se em brejo.¹²

A localidade situa-se a noroeste de Vila Rica e de Cachoeira do Campo, e entrocava-se no trajeto que ligava este último arraial ao de Itaubira (atual cidade de Itabirito). Devido às características

¹¹ FILHO, Natalino Madalena. *Amarantina conta a sua história*. Ouro Preto (Amarantina): s/e; 2005.

¹² FILHO, *op. cit.*, p. 8.



Extrato do Mappa da Comarca de Vila Rica, 1779. A autoria: José Joaquim da Rocha. Destaque para o lugarejo de São Gonçalo do Tijuco. (Fonte: Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Otoni. Disponível na Internet: Endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/carti090219.jpg. Acesso: 15 de agosto de 2010).

propícias do clima, do relevo e do solo, a agricultura de abastecimento desenvolveu-se rapidamente na região, transformando-a num incipiente ponto de pouso para tropeiros e sertanistas, que transitavam pelas terras do ouro. Acredita-se que uma das mais antigas construções locais, originária talvez do primeiro momento da ocupação paulista, tenha sido palco para um dos confrontos da Guerra dos Emboabas.¹³ A *Casa Bandeirista*, como é conhecida, abrigava uma estalagem, um ponto de negócios e também uma capela, além da residência familiar, constituindo espaço de usos mistos.

A região do Tijuco ganhou destaque pela produção agrícola e pecuária, além

de constituir ponto importante nas rotas comerciais de abastecimento. Sua composição enquadra-se na articulação material da mineração, em seus primeiros anos. A formação de regiões devotadas à agricultura de abastecimento e envoltas por rotas comerciais caracteriza movimento importante da economia mineira: tema só recentemente desenvolvido pela historiografia.¹⁴

A região de Amarantina possuía, pelo menos, duas capelas originárias da década de 1720: São Gonçalo da Vargem e São Gonçalo do Tijuco, ambas filiadas à Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth,

¹³ FORTES, *op. cit.*, p. 12.

¹⁴ Veja-se GUILMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-50). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 2, 1986.

de Cachoeira do Campo. O documento mais antigo acerca da capela da Vargem tem data de 2 de abril de 1729. Trata-se do registro de óbito de um escravo anônimo, que recebera o sacramento da penitência, de nome Bartolomeu.¹⁵ Já a capela do Tijuco teve seu primeiro registro expedido no dia 12 de outubro de 1729: a certidão de óbito da menina Quitéria, filha legítima de Manoel Fernandes Bezerra e de Josefa Pereira Luzia, sepultada dentro da capela.¹⁶

As pequenas capelas rurais proliferaram em Minas, desde fins do século XVII, quando os aventureiros esparramam-se pelos sertões em busca de minas e/ou de campos propícios à utilização agro-pastoril. O entorno de Vila Rica, formado por campos mais ou menos montanhosos, mas, ainda assim, agricultáveis, não esteve alheio a este movimento. Datam dos primeiros vinte anos do século XVIII o soerguimento de inúmeras capelas por seus arrabaldes e lugarejos rurais. Em geral, os sítios escolhidos para a fundação de capelas já detinham, previamente ao referencial religioso, importância geopolítica, seja por estarem interligados a rotas comerciais de abastecimento, seja por constituírem núcleos de produção agropastoril ou mineradora.¹⁷

Engrenagem importante da colo-

¹⁵ AEAM, Livro de Óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, fl. 5v.

¹⁶ AEAM, Livro de Óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, fl. 8v.

¹⁷ ANDRADE, Francisco Eduardo de. A Conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia História*, v. 23, 2007, p. 151-166.

nização, a fabricação de capelas apenas secundariamente obedecia à devoção religiosa. Também entravam em conta outros fatores, tais como a demarcação de territórios; a instituição e a representatividade dos poderes locais; e a “domesticação” do espaço e de grupos sociais potencialmente rebeldes, como índios e escravos, incorporados aos ritos da cristandade católica portuguesa. Na sociedade setecentista de Minas, presa aos padrões do *Antigo Regime*, a instituição de templos ratificava, ainda, o ideal corporativo de poder, peça fundamental da mentalidade política luso-brasileira até a segunda metade do século XVIII.¹⁸ Segundo o historiador Francisco Eduardo de Andrade,

o ritual mais costumeiro da missa assumia um papel político de disciplinar as vontades dos assistentes, angariar respeito para os poderosos e conferir autoridade. (...) O espaço cênico e a teatralidade ritual dos gestos e da linguagem durante o ofício divino deviam agir no mesmo sentido *persuasivo* e, dependendo do entendimento rude dos escravos, por exemplo, segundo alguns missionários, dobrar as resistências através das imagens expressivas de piedade religiosa.

Daí a ênfase concedida aos ritos que acentuavam os aspectos exteriores da religião, como o paramento das capelas, as

¹⁸ Acerca do ideal corporativo de poder, veja-se XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: Antônio Manuel Hespânia (coord.) *História de Portugal*. V. 4. *Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 169-182.

festas e procissões religiosas.¹⁹

Em verdade, as capelas significavam instrumento de poder nas mãos de seus construtores e mantenedores. A figura do patrono ou potentado, em geral um abastado senhor de terras e de escravos, ganhava destaque na medida em que, através dos rituais religiosos ocorridos em *seu* templo, transmitia determinadas imagens de sobrançeria simbólica e política, que reafirmavam, por sua vez, os laços de subordinação e dominação pessoais inerentes ao poder clientelístico e senhorial.²⁰

Conforme relato do memorialista Natalino Filho, um fazendeiro português denominado Antônio Alves, instalando-se nas terras onde hoje se situa a paragem do Riacho, em Amarantina, mandou construir, ainda nos primeiros 15 anos do século XVIII, uma ermida em homenagem a São Gonçalo, tradicional santo da devoção católica lusitana. Sendo gran-

de proprietário de terras e de escravos, Antônio Alves teve de sufocar, contudo, uma revolta nascida entre seus cativos, motivada pelos insistentes maus tratos impingidos pelo senhor. A casa-grande foi incendiada assim como a ermida. Transportando a sede de sua fazenda para novo local, construiu-se outra capela em homenagem a São Gonçalo, no terreno onde está erigida atualmente a escola Major Felicíssimo, na região central de Amarantina.²¹ Não foi possível saber se a presente narrativa, uma vez aceita como historicamente verossímil, explicaria a existência das duas capelas devóticas de São Gonçalo, construídas no local.

Seja como for, registre-se a carta de sesmaria concedida a Paulo Ferreira da Silva, a 10 de janeiro de 1736, pelo governador Gomes Freire de Andrada:

Gomes Freire de Andrada — etc. Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo respeito a representar-me Paulo Ferreira da Silva estar de posse de umas terras sitas em S. Gonçalo do Tejuco por compra que delas fez com casas e capela pertencentes, que confrontavam de uma parte com

¹⁹ ANDRADE, Francisco Eduardo de. A Conversão do sertão (...). *Varia História*, v. 23, 2007, p. 154. É possível dizer que o apelo à exterioridade cênica constitui, até hoje, uma das mais significativas práticas culturais, comum a maior parte das religiosidades existentes no Brasil. Em certo sentido, esta persistência demonstra o fracasso, entre nós, do ideal *tridentino* de piedade popular, que apregoava a interiorização da religião, como forma de elevação espiritual e moral. Veja-se NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

²⁰ ANDRADE, *op. cit.*, p.160; VASCONCELOS, Diogo de *História Antiga de Minas Gerais*. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1974, 2vs; CAMPOS, Maria Verônica. Governo de Mineiros: “de como meter as minas numa moenda e retirar-lhe o caldo dourado” (1693-1737). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

²¹ Curioso notar que, dentre os registros paroquiais da capela de São Gonçalo da Vargem, existe menção ao nome de um indivíduo chamado Antônio Alves da Rude, filho de Antônio Alves e de Julia da Rude, natural de São Pedro da Ilha de São Miguel, que, a 20 de junho de 1735, casou-se na Vargem com Joana Josefa, filha de Damião da Cunha Carneiro e de Manoela Rodrigues da Paixão, batizada na Freguesia de Cachoeira do Campo. Foram testemunhas Bartolomeu Alves e João Nunes, em cerimônia realizada pelo padre encomendado José Matias de Gouveia. AEAM, prateleira AA, n. 13, fl. 5. Natalino Filho, entretanto, não cita qualquer referência bibliográfica ou documental como fonte informativa. FILHO, *op. cit.*, p. 8.

casas de Antônio Gomes Pereira direito ao Cruzeiro, descendo para a casa do Suplicante, chamados de *Arraial do Fogo*, em que entrava todo o capão roçado, e corria direito ao sítio de Simão Gonçalves e descia ao riacho que partia com as casas de Antônio da Silva, confinando com o rio da Cachoeira as quais terras confrontadas não chegavam a ter um quarto de légua, as quais sem embargo da dita posse queria carta de sesmaria por se livrar de contendas, e atendendo eu ao seu requerimento hei por bem fazer mercê ao suplicante em nome de Sua Majestade das referidas terras na forma da mesma confrontação [...].²²

Este documento revela elementos importantes. Em primeiro lugar, destaque-se o número de fazendas e de proprietários citados como vizinhos, demonstrando que a paragem encontrava-se ocupada por diversos estabelecimentos rurais. Igualmente, é importante frisar a referência ao topônimo *Arraial do Fogo*, que pode aludir à narrativa do incêndio que teria sido cometido por escravos revoltados contra seu senhor.

Os documentos acerca da Capela de São Gonçalo do Tijuco se estendem entre 12 de outubro e 24 de novembro de 1729, extinguindo-se misteriosamente após esta data, para só retornarem dez anos depois, em 1739. Por outro lado, os documentos acerca da Capela de São Gonçalo

²² CARTA de Sesmaria. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 4, 1899, p. 847-924; p. 880. CARRARA, Ângelo Alves. Contribuição para a história agrária de Minas Gerais (SÉCULOS XVIII-XIX). In: *Série Estudos 1*, Núcleo de História Econômica e Demográfica: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999, p. 55.

da Vargem perduram de abril de 1729 até outubro de 1738, extinguindo-se, por sua vez, após esta data. Desde as suas fundações (1729) até o ano de 1740, realizaram-se nos dois templos 124 sepultamentos. Deste conjunto, 77 óbitos referiam-se a escravos adultos e 9 a crianças escravas, alcançando 86 registros, isto é, quase 70% do total.²³ Ocorreram também 5 óbitos de índios carijós, escravos ou forros (4%). Outros 18 óbitos (14,5%) diziam respeito a pessoas livres, dentre as quais 7 reinóis (ou portugueses); e outros 4 sepultamentos envolveram negros forros (3,2%).

Destaque-se a elevada mortalidade infantil, de crianças livres e escravas, de filiação legítima e natural, de enjeitados ou expostos.²⁴ Entre 1729 e 1740, cerca de 24 óbitos envolveram crianças (19,3%). Pelo menos, 6 *anjinhos* eram expostos, média que pode ser considerada alta para um ambiente rural.²⁵ A elevada proporção de enjeitados e de

²³ AEAM, Livro de Óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, *passim*.

²⁴ Enjeitar ou expor uma criança significava abandoná-la. Segundo Renato Pinto Venâncio, “ao contrário da expressão *criança abandonada* que, a partir de fins do século XIX, começou a ser utilizada correntemente, os termos enjeitado ou exposto em momento algum assumiam uma conotação referente à delinquência infantil ou infanto-juvenil. O enjeitamento envolvia bebês ou recém-nascidos cujos pais não possuíam recursos para criá-los e que, portanto, abandonavam-nos na esperança de que os mesmos fossem amparados pelo auxílio público ou particular.” VENÂNCIO, Renato Pinto. “Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775-1875”. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/volo4_atg4.htm. Acesso: 07/10/2008.

²⁵ AEAM, Livro de Óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, fl. 15.

crianças expostas sugere o teor dinâmico da economia local, já que, nas regiões de economia subsistente, o índice de abandono infantil era reduzido — ao contrário do que ocorria nos principais núcleos de mineração, agropecuária ou comércio. Vila Rica e Rio de Janeiro, por exemplo, dois dos principais núcleos urbanos da colônia, detinham, ao iniciar-se o século XIX, índices de crianças abandonadas da ordem de 10% a 21%, respectivamente, ao passo que em vilas periféricas como São Paulo e Ubatuba, localidades dependentes da agricultura de subsistência, os índices de abandono eram da ordem de 0,6% e 2,8%. Como frisou o historiador Renato Pinto Venâncio,

nas regiões agrícolas compostas por pequenos lavradores, o abandono era raro, pois a família consistia em uma unidade de produção fundamental, dependendo por isso mesmo da força de trabalho dos filhos, inclusive os de tenra idade. Nos casos de extrema penúria, como eram os casos dos órfãos sem parentes próximos ou dispostos a recebê-los, a solução encontrada no meio camponês era a de assimilar o pequeno desamparado como agregado, ou seja, como morador de favor até o mesmo atingir a idade adulta.²⁶

Outro dado que corrobora a constatação anterior é a forte presença da escravidão africana. A proporção de 70% dos óbitos (mesmo admitindo-se a possibilidade de a mortalidade escrava ser superior à sua proporção demográfica) sugere que a região devia preencher-se

de empreendimentos com amplo emprego de mão-de-obra cativa, o que significa a existência de propriedades dotadas de razoável nível de capitalização.

O porte econômico regional refletiu-se, por exemplo, na *Casa Bandeirista* de Amarantina, importantíssimo exemplar arquitetônico local. Conforme relatos memorialísticos, a edificação teria sido erguida em fins do século XVII, como produto e parte da expansão bandeirante pela Minas. Encravada aos pés do morro que sobe em direção à Matriz de São Gonçalo do Amarante (antiga capela de São Gonçalo do Tijuco), a casa apresenta paredes de pedra — material pouco comum nas edificações de tipo bandeirante, simbolizando adaptação à matéria-prima local — e assinala em suas dimensões arquitetônicas uma lógica construtiva que lembra ou procede do hábito construtivo bandeirista/paulista. Segundo Luis Saia, as residências coloniais paulistas caracterizar-se-iam pelo espaço retangular, com telhado 4 águas e telhas de canal. A planta distinguia-se pela demarcação de três faixas. A primeira, de fronteira, compunha-se do quarto de hóspedes e da capela, nas duas extremidades, e de um alpendre, ao centro. A segunda avançava pelo interior do domicílio, com uma sala central e os quartos dispostos lateralmente. Por fim, aos fundos, podia surgir compartimento de serviço, que dava acesso ao pavimento superior.²⁷ Este modelo aplica-se perfeitamente

²⁶ VENÂNCIO, *op. cit.*

²⁷ SAIA, Luís. *A Casa Bandeirista – uma interpretação*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1995.

tamente à estrutura da *Casa* de Amarantina.

E, de fato, o que a memória local e a tipologia arquitetônica indicam não entra em desacordo com as fontes documentais remanescentes acerca de Amarantina no século XVIII. Com base nos registros paroquiais das capelas de São Gonçalo da Vargem e de São Gonçalo do Tijuco, foi possível detectar a marcante presença de elementos paulistas ou bandeiristas. Mencione-se, por exemplo, a figura dos *carijós*, escravos silvícolas que foram utilizados por senhores de procedência paulista, tradicionais preadores da mão-de-obra indígena. Durante as duas primeiras décadas do século XVIII, houve importante setor da escravidão mineira preenchida por índios. Embora regredisse depois de 1720, suplantada pela mão-de-obra africana, a escravidão indígena manteve-se em paragens onde a presença de senhores paulistas ainda pôde sobreviver com certa autonomia.²⁸ Dos óbitos registrados nas capelas da Vargem e do Tijuco na década de 1730, 5 foram de escravos *carijós*.²⁹ Citem-se, por exemplo, os registros de óbito de Lucas Pereira, índio forro, e de Clemente Tapuia, também forro, de menor idade, que falecera ao viajar pelo “sertão viandante”. Mencione-se, igualmente, o falecimento de duas pessoas e o casamento

de outras duas oriundas de São Paulo.³⁰ Estes dados sugerem que a região de Amarantina devia constituir núcleo de ocupação paulista remanescente.

Outro dado paroquial a apontar na mesma direção é o óbito do tropeiro reinol José Gomes, “que vinha do caminho de Goiáses”, tendo expirado no distrito de São Gonçalo da Vargem, em casa de Bartolomeu Aloísio da Silva, possivelmente um paulista, no dia 14 de julho de 1737.³¹ O falecimento do tropeiro, que transitava por Goiás, sugere que o lugar devia constituir ponto de intersecção nas rotas comerciais de abastecimento e de expansão territorial das populações mineiras. Quanto ao povoamento de Goiás, é sabida a importância que indivíduos de origem paulista detiveram no processo de devassamento e ocupação inicial da região, movimento ocorrido, justamente, na década de 1730.³² Além disso, este caso ainda demonstra a presença de tro-

²⁸ Veja-se VENÂNCIO, Renato Pinto Os últimos *carijós*: escravidão indígena em Minas Gerais. 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

²⁹ AEAM, Livro de Óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, fls. 5-21, *passim*.

³⁰ A 22 de outubro de 1729, faleceu Mariana de Oliveira, natural da cidade de São Paulo. A 11 de janeiro de 1739, faleceu o alferes João Barbosa, natural de São Paulo, e tudo foi aos ausentes por lhe anularem o testamento. AEAM, livro de óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, fls. 8 e 48. E, no dia 14 de fevereiro de 1741, casaram-se Francisco Xavier da Fonseca, filho legítimo de João Francisco da Fonseca e de sua mulher Maria da Fé de Mendonça, natural e batizada na Freguesia de Santa Ana de Parnaíba, comarca de São Paulo, deste bispado; com Catarina [...] de Souza, filha natural de João Francisco Brandão e de Isabel de Souza, natural e batizada na Freguesia de Santa Ana do Parnaíba. Testemunhas: padre Domingos de Morais Sarmento; Cipriano Rodrigues Nunes. Assinado: vigário Manuel Nunes Soares da Fonseca. AEAM – Prateleira AA, n. 13 CASAMENTOS (Cachoeira do Campo), fl. 15.

³¹ AEAM, livro de óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, fls. 28

³² CAMPOS, *op. cit.*

peiros e de viajantes nas terras de São Gonçalo. A *Casa Bandeirista* possuía, em sua fachada, cômodo especialmente destinado ao recebimento de transeuntes, para pernoite ou descanso, configurando ponto de estalagem ou pousada.

As estalagens e pousadas rurais, postas às margens das estradas, eram pontos de encontro importantes, para onde convergiam tipos sociais variados. Estes estabelecimentos constituíam um meio-termo entre as fronteiras urbanas e rurais da Colônia. Viviam da pujança econômica que interligava as diversas regiões do Brasil. O tráfego de pessoas, seguindo o movimento de tropas e de mercadorias, fornecia hóspedes e consumidores para os comerciantes de caminho. As estalagens abrigavam toda sorte de gente. Tropeiros, caixeiros e negociantes possivelmente constituíam a clientela principal. Mas, também pernoitavam nelas pessoas alheias ao movimento comercial ou abastecedor. Funcionários, fazendeiros, mineradores, militares e simples viandantes também acorriam às pousadas.³³

Não são conhecidos os nomes dos moradores que vieram a residir na casa paulista durante os séculos XVIII e XIX. Algumas famílias locais, detentoras de razoável plantel de mão-de-obra escrava, podem ser apontadas como possíveis proprietárias do imóvel no século XVIII,

tais como as famílias Coelho³⁴ e Ferreira Pedrosa.³⁵

Nada se sabe acerca da trajetória do imóvel durante o século XIX. Na primeira metade do século XX, a edificação já se encontrava desocupada, embora ainda estivesse de pé. Durante a segunda metade da centúria passada, a Casa Bandeirista foi reconhecida pelo Serviço do Patrimônio. Chamou atenção a estrutura do imóvel, que lembrava as antigas casas avarandadas paulistas. Coube a Sylvio de Vasconcelos e a Luis Saia a realização dos primeiros estudos acerca da edificação. Em 1963, o imóvel foi tombado pelo SPHAN. Segundo o historiador Alex Bohrer, no último quarto do século XX deflagrou-se contenda judicial envolvendo a propriedade, devido à ação de desapropriação movida contra o proprietário.³⁶

³⁴ Indivíduos pertencentes à família Coelho – clã ainda hoje existente no distrito de Amarantina – estão presentes nos primeiros registros paroquiais das capelas de São Gonçalo da Vargem e do Tijuco, exarados desde 1729, referidos, quase sempre, como senhores de escravos. Mencione-se, a título de curiosidade, a figura de Antônio José Dias Coelho (militar que obteve destacada participação na repressão à Inconfidência Mineira de 1789, tendo sido ele o responsável pelas prisões de alguns dos mais destacados inconfidentes) que tinha familiares na região de São Gonçalo do Tijuco. Veja-se ADIM, v. 9, p. 423-727.

³⁵ Outro tronco familiar que permanece no distrito de Amarantina desde a primeira metade do século XVIII até os nossos dias. Seus membros foram proprietários de diversas roças situadas entre Cachoeira do Campo e Itabirito, englobando os atuais distritos de Santo Antônio do Leite, Engenheiro Corrêa e Amarantina. Uma das principais propriedades é Fazenda Lagoa, em Santo Antônio do Leite, citada na obra de José Alexandre FERREIRA. *Nossa Inesquecível Vovó Amélia*. Itabirito: Pontual Artes Gráficas, 2008.

³⁶ *Casa Bandeirista: Casa de Pedra de Amarantina*. Defesa de Intervenção na Casa Bandeirista. Prefeitura Municipal de Ouro Preto: Ouro Preto; s/d. Mimeo.

³³ GASPARD, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 314.



Vista parcial das Ruínas da Casa de Pedra de Amarantina — Casa Bandeirista. Destaque para a inexistência de cobertura sobre o cômodo da extrema lateral esquerda. Primeira metade do século XX.



Vista parcial das Ruínas da Casa de Pedra de Amarantina — Casa Bandeirista. Destaque para nicho de arco pleno, próximo a *janela conversadeira*, estrutura de pau-a-pique aparente na parede do cômodo “*quarto dos tropeiros*” junto a alpendre e pavimentação de pedras. Primeira metade do século XX.



Vista parcial das Ruínas da Casa de Pedra de Amarantina — Casa Bandeirista. À esquerda, destaque para o avanço do arruinamento e tomada da vegetação sobre a estrutura de pedras. À direita, vê-se a perda completa do telhado e a destruição de trechos da edificação em pedra. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Amarantina*. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p. 539-52.)

Atualmente, as ruínas da Casa Bandeirista se encontram em precário estado de conservação. São freqüentes as depredações e avarias, destruindo-se o pouco que ainda resta do antigo imóvel.

Outros registros paroquiais importantes das capelas de São Gonçalo mostram a presença de agregados (dois registros de óbito); e de açorianos (4 registros de casamento). Dois registros de óbito merecem narrativa à parte. O primeiro diz respeito à morte de Diogo Luís Duarte, açoriano, assassinado “com um tiro”. Outro faz menção ao falecimento do tropeiro reinol José Gomes, “que vinha do caminho de Goiáses”, tendo expirado em casa de Bartolomeu Aloísio da Silva. A ocorrência de assassinato ilustra o teor violento da sociedade mineradora, na qual o uso de armas de fogo era amplamente difundido. Além dos conflitos gerados pela escravidão e pela desigualdade social profunda, a sociedade das Minas ainda caracterizou-se pelo reforço de valores privados, tais como honra, valentia, bravura e desafio, que desembocavam no emprego da força e da violência, principalmente no campo no sertão.³⁷ Por outro lado, a morte do tropeiro vindo do caminho de Goiás indica a vocação de entreposto comercial possuída pela região ao redor da capela da Vargem.³⁸

Entre 1741 e 1765, realizaram-se na capela de São Gonçalo do Tijuco 22 ca-

samentos e, na Vargem, entre 1734-35, mais dois matrimônios. Dos 48 cônjuges, 20 eram nativos da Freguesia de Cachoeira do Campo (45%); 6 de outras freguesias de Minas (13%); 12 eram reinóis (27%); 2 açorianos; 2 paulistas e 2 pernambucanos (4,5% respectivamente). Apenas dois casamentos envolveram escravos (10%), aludindo à raridade da constituição de famílias escravas obedientes à norma cristã.³⁹

Ao iniciar-se a década de 1750, tendo em vista o crescimento populacional da região de Amarantina (uma fonte paroquial de 1741 faz referência à formação de um *arraial* na paragem de São Gonçalo do Tijuco⁴⁰), a capelinha aos poucos se tornou pequena para abrigar o número de fiéis. Foi, então, destruída e novamente reconstruída, em pedra, no topo do mais alto morro local. Segundo inscrições encontradas abaixo do coro da igreja, as obras teriam sido iniciadas em 1752 e concluídas em 1759; a pintura foi executada em 1768. Segundo a tradição oral e o anedotário católico da população de Amarantina, este outeiro foi escolhido para a construção do novo templo porque imagens religiosas teriam sido achadas no local, de forma misteriosa, principalmente na época das festas, sem que se soubesse de onde tinham vindo, nem para onde iam, quando em seguida tornavam a desaparecer — numa típica parábola católica, que, de regra, encobria

³⁷ SILVA, Célia Nonata da. “Homens Valentes: delimitação dos ‘territórios de mando’ nas Minas setecentistas”. *Vária História*, n. 24, 2001, p. 75-89.

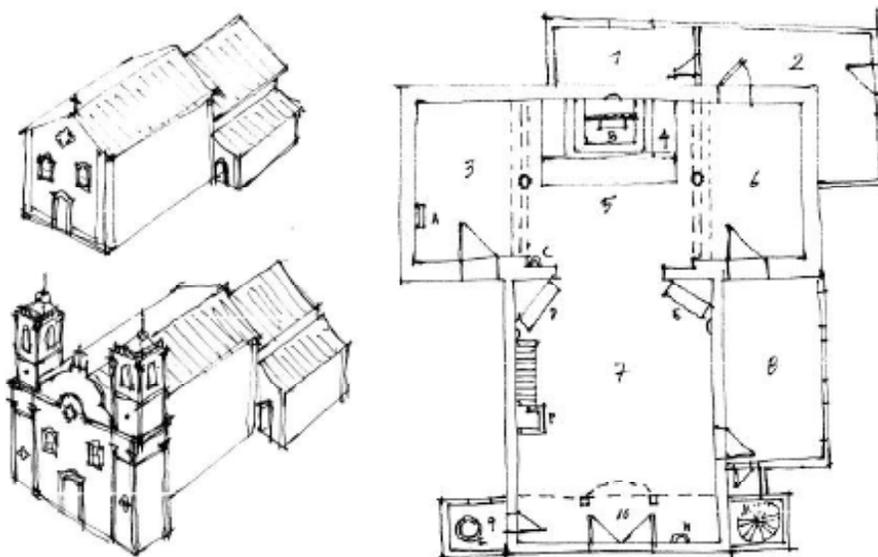
³⁸ AEAM, livro de óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, fls. 28 e 29v.

³⁹ AEAM – Prateleira AA, n. 13 CASAMENTOS (Cachoeira do Campo), *passim*

⁴⁰ AEAM, livro de óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, fl. 55v.



Vista parcial da atual Igreja de São Gonçalo do Amarante
Foto de autoria de Tarcísio Gaspar, 2008.



Croquis da evolução da planta da Matriz de São Gonçalo do Amarante. Autoria de Guilherme Ismar Nunes Ataídes. Legendas: 01 – Cômodo; 02 – Sacristia; 03 – Sacristia Original; 04 – Presbitério; 05 – “Capela-mor” (atualmente, Nave Lateral); 06 – “Capela” (Originalmente – provavelmente hoje como Nave Lateral); 07 – Nave; 08 – Capela do Santíssimo; 09 – Batistério; 10 – Nártex; 11 – Acesso ao Coro e Torre. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Amarantina*. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p. 201-02.

sob uma justificação sobrenatural e religiosa as motivações políticas implícitas nas fundações de capelas.⁴¹

Quanto à toponímia, relata-se que, em virtude da semelhança do local com a região de Amarante, em Portugal, os viajantes lusitanos teriam rebatizado o lugarejo colonial, denominando-o São Gonçalo do *Amarante*. Seja como for, em 1779, o *Mapa da Comarca de Vila Rica*, elaborado pelo geógrafo militar José Joaquim da Rocha, ainda identificava a paragem como São Gonçalo do Tijuco, mantendo-se o topônimo indígena.

A proliferação de fazendas (século XIX)

No século XIX, a trajetória de São Gonçalo do Tijuco marcou-se por processo de multiplicação do número de fazendas instaladas, a partir dos núcleos primitivos originais. Cite-se, por exemplo, a Fazenda Laranjeiras, que se acredita ter tido origem no período setecentista, situada na localidade de *Bumbaça*, próxima ao distrito de Amarantina. O topônimo *Bumbaça* advém de etimologia linguística africana. Segundo Nelson de Senna, em Angola, próximos a Serra de Chéllas, há lugares conhecidos por *Bumbo*, *Bumba* e *Bumbaça*. A expressão interjectiva — *Bumba!* mantém no Brasil um cunho onomatopaico, por influência da linguagem africana. Por exemplo, em expressões como *Bumba-meu-boi*; *Bumba-catumba*; *bumba-quizumba*; *bumba*

nele! o verbo *bumbar* equivale a bater, esbordoar, dar pancada.⁴²

Sabe-se que, no século XIX, a partir da Fazenda Laranjeiras geraram-se mais duas propriedades: as fazendas Matuto e *Bumbaça* (atual Fazenda Alegria). No último quarto do período oitocentista, a sede de Laranjeiras pertenceu ao casal Antônio Pedro Ferreira Pedrosa e Joana Ferreira Pedrosa. Já as fazendas filiais Matuto e *Bumbaça* eram de propriedade dos filhos, Marcelo Ferreira Pedrosa e Augusto Ferreira Pedrosa. A família Ferreira Pedrosa, um dos principais núcleos familiares da região de Amarantina e de Cachoeira do Campo desde o século XVIII, detinha avultadas posses e elevado número de escravaria. As fazendas Laranjeiras, Matuto e *Bumbaça* produziam grãos, frutas e hortaliças para abastecimento. Havia ainda um engenho, próximo ao chamado Córrego de Laranjeiras, no qual trabalhava escravaria, a produzir farinha de mandioca e de milho. Também era feito o fabrico de aguardente, comercializada na região. Há registros da existência de senzala.

A antiga Fazenda Laranjeiras, situada nas proximidades da Fazenda Matuto, encontra-se atualmente sob o estado de ruína. Escondida por entre cerrado matagal, a ruína apresenta grandes dimensões, com estruturas de pedra seca, que permitem ler o traçado do casarão ali erigido, assim como de seu engenho, também arruinado. Os canais e desvios aquí-

⁴¹ FORTES, *op. cit.*, p. 12.

⁴² SENNA, Nelson de. *Toponymia geographica de origem brasilico-indígena em Minas Geraes. RAPM*, v. 20, 1924, p. 269.



Vistas parciais das ruínas da Fazenda Laranjeiras
 Detalhes da ruína e do sistema de canalização d'água, parcialmente encobertos pela vegetação.



Fazenda do Matuto, à esquerda, e Fazenda Bumbaça (ou Alegria), à direita. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Amarantina*. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p. 539-52).

feros, seguindo uma rota feita de pedras, possivelmente encaminhada para a roda de moenda, ainda podem ser observados no local. As fazendas Matuto e Bumbaça ainda se encontram de pé, tendo permanecido nas posses da família Ferreira Pedrosa até a primeira metade do século XX. Em 1943, a Fazenda Laranjeiras foi vendida para a Usina Queiroz Júnior LTDA., atual empresa V.D.L. Siderurgia LTDA. A usina manteve a posse do imóvel rural até 1985, quando foi novamente vendido — incorporado à Fazenda Matuto — para Guilherme Corrêa, atual proprietário. Durante este período, a fa-

zenda foi completamente abandonada e sofreu processo agudo de arruinamento. Estas três edificações rurais, a primitiva e duas filiais, simbolizam a reprodução material, simbólica e econômica dos núcleos familiares mais abastados do distrito de Amarantina no século XIX.

O período oitocentista ainda assistiu à introdução de materiais e de produtos ligados à ascensão do modo de produção capitalista, a partir de meados da centúria. Registre-se, por exemplo, a instalação da estrada de ferro, a percorrer alguns dos distritos de Ouro Preto e a própria sede, a partir do último quarto do

século XIX. A ferrovia alterou as feições econômicas regionais. O movimento de tropas abastecedoras, até então um dos pilares econômicos de Amarantina, diminuiu consideravelmente. Datam deste momento a intensificação da plantação de café, que já vinha do século XVIII, e a produção de hortifrutigranjeiros.⁴³

Embora haja indício de que já no século XVIII um arraial se tenha constituído, é certo que o traçado urbano de Amarantina adquiriu feição mais complexa a partir de meados do século XIX. O casario postado à rua principal (atual rua Padre Pedrosa), formado por pequenas casas de pau-a-pique, se consolidou neste período.

Paróquia de São Gonçalo, cultura do alho e elevação à categoria de distrito (1890-1980)

Em fins do século XIX, já sob o regime republicano, a localidade de São Gonçalo do Tijuco foi oficialmente rebatizada com o nome de São Gonçalo do Amarante, pelo decreto lei n. 253 de 26 de novembro de 1890. Também se criava, neste momento, a paróquia independente.⁴⁴

Nas primeiras décadas do século XX, um novo produto agrícola teve seu cultivo intensificado em Amarante: o alho. Aos poucos, esta atividade agrícola transformou-se no principal móvel econômico local, tendo o distrito alcançado o posto de maior produtor de alho no

país. Grande parte das fazendas e propriedades passou a dedicar-se ao plantio e à comercialização de alho, atividade que permaneceu lucrativa por cerca de 60 anos. Entretanto, a partir da década de 1980, propagou-se pelas terras do distrito uma praga nociva, denominada “podridão branca”, prejudicial às plantações. A proliferação do mal dizimou a produção agrícola local, fazendo cessar drasticamente o cultivo da planta condimentar.

A primeira metade do século XX assistiu ao processo de modernização tecnológica da vida social de São Gonçalo. Desde a década de 1930, havia o fornecimento de energia elétrica, mediante a geração de usina hidrelétrica rural de pequeno porte. Também foi inaugurada, neste momento, a estrada de rodagem para automóveis, que ligava Ouro Preto à capital Belo Horizonte, passando às margens da localidade. São Gonçalo transformou-se oficialmente em distrito da cidade de Ouro Preto em 1938, com o topônimo de Amarante. Em 1943, a denominação foi novamente modificada, nomeando-se com o topônimo Amarantina, conforme lei n. 1.058 de 31 de dezembro daquele ano.⁴⁵

Durante a segunda metade da centúria, com a pujança econômica proporcionada pela cultura de alho, ampliou-se enormemente a ocupação urbana do distrito. Além do antigo traçado, constituído nos séculos XVIII e XIX, abriram-se diversas ruas adjacentes e, inclusive,

⁴³ FORTES, *op. cit.*, p. 13.

⁴⁴ FILHO, *op. cit.* p. 10.

⁴⁵ FILHO, *op. cit.*, p. 9.

formou-se novo bairro, ao redor do cemitério de Amarantina.

Contexto atual (1980–)

Atualmente, encerrada a produção de alho, a economia local divide-se entre o pequeno empreendimento agrícola e o comércio de redistribuição de gêneros, principalmente batatas, trazidas do sul do país para serem comercializadas no Estado de Minas Gerais.

A população de Amarantina atinge cerca de 3.000 habitantes, sendo que 1/3 vive nas roças e adjacências rurais e 2/3 no traçado urbano. É significativo o número de pequenos produtores de hortifrutigranjeiros. A proximidade com a Rodovia BR 356 ou Rodovia dos Inconfidentes (Amarantina dista 25 km do centro de Ouro Preto, no trajeto que liga esta cidade à capital Belo Horizonte) imprimiu certa modernidade ao distrito, embora o traço bucólico e pacato, próprio de uma localidade com urbanização restrita, seja ainda indelével.

Em 2005, as localidades e o traçado principal do distrito possuíam diversos estabelecimentos comerciais e uma indústria mineral ou pedreira. Contavam-se então 46 bares ou botecos, 2 lojas de roupa, 6 mercados ou mercearias, 2 papelarias, 2 padarias, 3 depósitos de materiais de construção civil e três empreiteiras de construção civil.⁴⁶

O calendário cultural, constituído por festas religiosas ou populares, é pre-

⁴⁶ FILHO, *op. cit.*, p. 71.

enchido por eventos durante o ano. Ao todo, ocorrem 15 festividades: 9 possuem mote religioso. A Festa de São Gonçalo e Cavalhadas constitui a principal tradição cultural existente em Amarantina. Localmente, a festa é mantida e incentivada por uma sociedade cultural, a Associação de Cavaleiros Mestre Nico.⁴⁷ As Cavalhadas recontam, em tom bufão, a história da guerra entre mouros e cristãos, travadas durante a Idade Média. Acredita-se que, em Amarantina, o primeiro festejo das Cavalhadas tenha ocorrido em 1758. Daí o aspecto comemorativo adquirido pelo evento de 2008, quando ter-se-iam completados 250 anos da tradição. Segundo relato de Natalino Filho, memorialista local, “a cavalhada de Amarantina é teatral”. Formam-se dois exércitos: o cristão, guiado pelo imperador Carlos Magno; e o mouro, capitaneado por uma figura denominada Almirante Balão. A batalha é travada no campo, com homens a cavalo, e termina com a vitória final do exército cristão.⁴⁸ No decorrer da encenação, as personagens trocam diálogos, baseados no clássico poema medieval *Chanson de Roland* (Canção de Rolando), e sua cantiga “Carlos Magno e os doze pares de França”.⁴⁹

⁴⁷ Segundo relato de Natalino Madalena Filho, a Associação dos Cavaleiros Mestre Nico de São Gonçalo do Amarante foi fundada em 1985 e tem como finalidade manter, promover, preservar e divulgar as corridas das Cavalhadas. O primeiro presidente da Associação foi Joaquim Peixoto Neto e o atual, o próprio memorialista Natalino. FILHO, *op. cit.*, p. 63.

⁴⁸ FILHO, *op. cit.*, p. 13.

⁴⁹ Texto fundador da literatura cavaleiresca medieval, aparecido no ano de 1.100, a *Chanson de Roland* tinha por mote a fracassada investida do



Vista da Festa das Cavalhadas. Em detalhe, “combate” entre os exércitos mouro (vermelho) e cristão (azul).

Autoria: Tarcísio de Souza Gaspar, 2008.

Ao lado da Casa Bandeirista, da Igreja de São Gonçalo, das edificações rurais e da Festa de Cavalhadas, outra atração turística de Amarantina é o curioso e excepcional Museu das Reduções, que abriga réplicas perfeitas de edifícios patrimoniais brasileiros. O Museu das Reduções foi idealizado e construído por quatro irmãos: Sylvia, Evangelina, Décio e Ênnio Vilhena. Na década de 1970, os

irmãos Vilhena decidiram reunir-se, descompromissadamente, em torno de um plano: elaborar miniaturas arquitetônicas de monumentos brasileiros. O primeiro experimento construtivo deveu-se à lavra de Ênnio, que compôs miniatura rudimentar da Catedral de Santo Antônio, existente na cidade mineira de Campanha, local de origem da família Vilhena. Em 1978, o projeto das miniaturas tomou fôlego e rigor. Os irmãos iniciaram longa série de excursões por cidades brasileiras, no intuito de conhecer, catalogar e selecionar uma lista de imóveis patrimoniais passíveis de reprodução. Desta pesquisa resultou a seleção de cerca de 50 monumentos arquitetônicos, espalhados pelas cinco regiões brasileiras. A composição e a montagem das peças tiveram início em 1982, estendendo-se por doze anos a fio. Em março de 1994, o resultado deste intenso trabalho artesanal

imperador franco Calos Magno sobre a Espanha, em 778, no intuito de resistir à ocupação moura. O poema narra os feitos do lendário conde Rolando, sobrinho de Carlos Magno, que lutou até a morte contra o grande exército sarraceno na batalha de Roncesvalles. As Cavalhadas constituem uma festa popular existente em diversas cidades e regiões do Brasil. Veja-se PINA, Célia Fátima de. “Origem das Cavalhadas”. Disponível em: www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id_artigo=81&idioma=PT. Acesso: 15 de julho de 2010. RECH, Josemary Moreno Delgado. “As Cavalhadas de Guarapuava, uma perspectiva cultural”. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/141-2.pdf. Acesso: 15 de julho de 2010.

e artístico veio, enfim, à luz, para surpresa e deslumbramento dos turistas e dos moradores do pequeno distrito de Amarantina, local escolhido para o abrigo do belíssimo acervo. O Museu foi inaugurado com réplicas miniaturalizadas de 20 monumentos históricos e arquitetônicos brasileiros. Nos anos seguintes, mais 9 réplicas foram construídas e agregadas ao conjunto. Até 1999, o Museu das Reduções constituía o único exemplar museológico mundial baseado no conceito de miniaturas realistas, construídas com emprego de matérias-primas idênticas às das construções originais. Ainda hoje, a instituição é única no Brasil.

A complexidade intelectual e cultural do acervo é significativa. Levando em conta que os irmãos Vilhena não possuíam qualquer formação acadêmica nas áreas de engenharia e arquitetura — atuavam em profissões alheias, detendo apenas as habilidades de artesãos *latos* — e considerando-se ainda que, quando do início de seus trabalhos, os construtores haviam ultrapassado o último quarto de suas vidas — quando o projeto das miniaturas começou, já estavam aposentados de suas respectivas profissões — o Museu das Reduções ganha contornos logísticos impressionantes. Relewa ainda o fato de que entre 70 e 80% dos gastos contraídos ao longo da concepção, do desenvolvimento e da feitura do Museu foram supridos com recursos próprios da família Vilhena, sem o recebimento de qualquer patrocínio pecuniário, seja de órgão público ou privado.

O artesanato que resultou nas répli-

cas arquitetônicas só se tornou possível devido à elaboração de técnicas construtivas próprias, originais e específicas. O trabalho de miniaturalização, partindo de premissas inéditas, acabou por criar uma obra museológica riquíssima. O simbolismo dos monumentos históricos e arquitetônicos reproduzidos torna-se também outro atrativo do Museu.

A partir de 2004, o grupo de artesãos sofreu perdas sucessivas, com o falecimento das irmãs Sylvia e Evangelina Vilhena e do irmão Décio Vilhena, e o adoecimento de Ênnio Vilhena. Desde então, o Museu das Reduções passou a ser administrado por Carlos Alberto Vilhena, filho de Ênnio. O novo curador procurou dinamizar a sobrevivência e a perpetuação do Museu, incentivando as visitas turísticas ao acervo. Embora os anos 2004-06 tenham sido promissores quanto à rentabilidade da instituição, de lá para cá a afluência de visitantes diminuiu sensivelmente, ameaçando a sustentabilidade econômica da casa. Sem qualquer incentivo/patrocínio público ou privado, o Museu mantinha-se apenas dos recursos adquiridos em sua bilheteria. A queda no movimento turístico compromete a sobrevivência do ponto cultural, que pode vir a fechar as portas caso não receba auxílio. O fechamento do órgão e possíveis vendas ou desmembramentos do acervo significariam perda irreparável para o Patrimônio Cultural de Amarantina, de Ouro Preto e do Brasil.

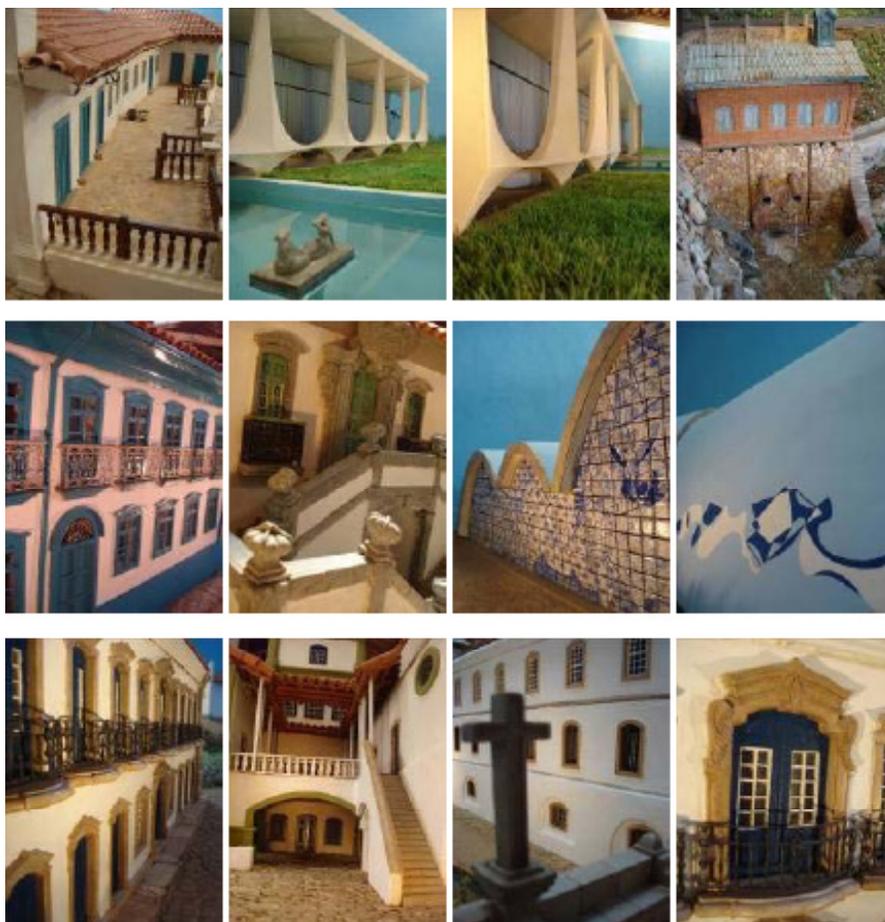
A história de Amarantina confunde-se com a trajetória da região dos *campos* de Ouro Preto. O distrito vin-



Vistas parciais das reduções de monumentos históricos brasileiros. Museu das Reduções, 2008. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Amarantina*. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p. 58-60).

culou-se primeiramente às atividades de produção agro-pastoril e de abastecimento, inserindo-se como ponto de passagem de rotas comerciais. Com a crise da mineração em fins do século XVIII e a consequente inversão econômica da capitania (depois província) de Minas Gerais no século XIX, a localidade distribuiu-se em diferentes fazendas e sítios, que proliferaram a partir dos

núcleos originais. No século XX, despontam as modernizações tecnológicas e a inserção do distrito junto à estrada de ligação entre Ouro Preto e Belo Horizonte, a nova capital do Estado. Não obstante a proximidade e o contato com núcleos urbanos desenvolvidos, o lugarejo ainda mantém aspecto bucólico. Com traçado urbano orientado a partir da colina onde se situa a Igreja



Vistas parciais das reduções de monumentos históricos brasileiros — Museu das Reduções, 2008. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Amarantina*. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p. 58-60).

de São Gonçalo, o distrito possui casario primitivo já descaracterizado. Destacam-se entretanto a Igreja e a *Casa Bandeirista*, exemplares arquitetônicos que remetem ao passado setecentista. Há esforços no sentido de integrar a localidade às rotas de turismo cultural vinculadas a Ouro Preto, como demonstra a experiência do Museu das Reduções. Mas, este ramo ainda é

pouco significativo na economia local. Iniciativa importante para a manutenção da memória social e do Patrimônio Cultural de Amarantina está relacionada à preservação da *Casa Bandeirista*, patrimônio que poderá vir a perder-se irremediavelmente caso não seja alvo de urgente ação de salvaguarda e revitalização.

Bibliografia

Fontes Impressas e Manuscritas

ADIM (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira). Brasília/Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1976-2001, 11 vols.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. s/d.

ATESTADO do vigário Faustino José do Vale sobre a confirmação da criação da exposta Quitéria por Feliciano de Siqueira APM, CC – Cx. 134 – 21134;

ATESTADO do vigário Faustino José do Vale para Jerônimo Pimenta da Costa sobre a criação da exposta Francisca. APM, CC cx. 139- 21227, rolo 542.

BILHETE de ordem de confirmação de ordem de sesmaria. 03 de abril de 1804. AHU, ACL, CU 011, Cx. 152, 9275.

CARTA de Sesmaria. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 4, 1899, p. 847-924.

CODICE Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o Doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Coordenação Geral Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, Maria Verônica Campos. BH: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.

LIVRO de batismos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 7.

LIVRO de batismos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 9.

LIVRO de batismos (Cachoeira do Campo) AEAM, prateleira AA, n. 10.

LIVRO de casamentos (Cachoeira do Campo) AEAM, prateleira AA, n. 13.

LIVRO de óbitos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 16.

MAPPA da Comarca de Vila Rica. José Joaquim da Rocha. Biblioteca Nacional. Coleção Benedicto Ottoni. Disponível na Internet: Endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1090219.jpg. Acesso: 15 de julho de 2010).

MONOGRAFIA da Freguesia da Cachoeira do Campo. *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, v. 13, 1908, p. 77-111.

OZZORI, Manoel. *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Literário do Município de Ouro Preto*. Ouro Preto: Typ. ? , ano 1, 1890.

PROMESSA de pagamento feita por Antônio Alves Gois ao administrador Joaquim de Freitas referente a dízimos de criação e miunças. APM, CC Cx. 41 – 30169.

PROMESSA de pagamento dos dízimos feito por Antônio Alves Gois ao furriel Joaquim de Freitas referente às criações. APM, CC Cx. 4130165.

REQUERIMENTO do Padre Faustino José Vale sobre a concessão de carta de sesmaria no arraial das Bandeiras e Ribeirão dos Fornos. APM, CC cx. 148 – 21408, rolo 545.

REQUERIMENTO pedindo a confirmação de carta de sesmaria. 30 de janeiro de 1800. AHU, ACL, CU 011, Cx.152, 9233.

REQUERIMENTO do capitão Joseph da Costa Pereira sobre a obra da ponte do Ribeirão dos Fornos. APM, CC – Cx. 135 – 21142, rolo 540.

REQUERIMENTO do furriel Antônio Pimenta da Costa sobre a concessão de carta de sesmaria na paragem do Cumbé e Ribeirão dos Forros. APM, CC – Cx. 149 – 21433, rolo 545;

REQUERIMENTO de Antônio Teixeira Chaves sobre a concessão de sesmaria na freguesia de Cachoeira do Campo, paragem de Ribeirão dos Fornos. APM, CC cx. 72 – 30791, rolo 522.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem Pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

_____. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. [trad:

Cláudio Ribeiro Lessa]. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 377p.

Livros, artigos, teses e dissertações

ANDRADE, Francisco Eduardo de. “A Conversão do sertão: capelas e a *governamentalidade* nas Minas Gerais.” *Varia História*, v. 23, 2007, p. 151-166.

_____. *A Invenção das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARBOSA, W. de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima; SOUZA, Nícia Raies Moreira de. “A descentralização das ações na área do Patrimônio Cultural: o impacto da Lei Robin Hood nos municípios mineiros.” *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A013.pdf. Acesso: 15 de julho de 2010.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros: de como meter as minas numa moenda e retirar-lhe o caldo dourado – 1693-1737*. Tese de doutoramento. FFLCH/USP. 2002.

CANCLINI, Néstor García. “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, 1994, p.

95-115.

CARRARA, Ângelo Alves. “Contribuição para a história agrária de Minas Gerais (séculos XVIII-XIX)”. *Série Estudos 1*, Núcleo de História Econômica e Demográfica: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999, p. 55.

FILHO, Natalino Madalena. *Amarantina conta a sua história*. Ouro Preto (Amarantina): s/e; 2005.

FORTES, Solange. *Ouro Preto conta Ouro Preto*. Tradições da terra do ouro. Ouro Preto: Escola Estadual Dom Pedro II, 1996.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. *A descentralização das ações na área do Patrimônio Cultural: o impacto da Lei Robin Hood nos municípios mineiros*. Versão Preliminar.

GASPAR, Tarcísio de Souza. *Palavras no Chão: murmurações e vozes em Minas Gerais no século XVIII*. Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-50)”. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 2, 1986.

KOSELLECK, Reinhart. “La formación del concepto moderno de historia” *historia/Historia*. Madrid, Trotta, 2004, p. 27-106.

LE GOFF, Jacques. “Memória” e “Documento/monumento”. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 11-49; p. 95-106.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOTTA, Lia. “A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, 1987, p. 108-122.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

PINA, Célia Fátima de. “Origem das Cavalhadas”. Disponível em: www.comunidadesacorianas.org/artigo.php?id_artigo=81&idioma=PT. Acesso: 15 de julho de 2010.

POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Amarantina*. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 1 v., 584 p;

_____. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Santo Antônio do Leite*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 2v. 684 p;

- _____. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 1v., 415 p;
- _____. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Santa Rita de Ouro Preto*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 1v., 449 p.
- RECH, Josemary Moreno Delgado. “As Cavalhadas de Guarapuava, uma perspectiva cultural”. Artigo disponível na internet. Disponível em: www.diaadia-educacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/141-2.pdf. Acesso: 15 de julho de 2010.
- ROSA, Maria Cristina. Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica. Unicamp/Faculdade de Educação, 2005. Tese de Doutorado.
- SAIA, Luís. *A Casa Bandeirista – uma interpretação*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1995.
- SANDRONI, Carlos. “Notas sobre Mário de Andrade e a missão de pesquisas folclóricas de 1938” *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 28, 1999, p. 61-72.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. “Nasce a academia SPHAN”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996, p. 77, 95.
- SENNA, Nelson de. Toponymia geográfica de origem brasilico-indígena em Minas Geraes. *RAPM*, v. 20, 1924, p. 191-337.
- SILVA, Célia Nonata da. “Homens Valentes: delimitação dos ‘territórios de mando’ nas Minas setecentistas”. *Vária História*, n. 24, 2001, p. 75-89.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no Setecentos*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2ª edição, 1986;
- _____. *Norma e Conflito: Aspectos da História Mineira no século XVIII*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2006.
- TRINDADE, Cônego Raimundo. *Archi-diocese de Marianna; Subsídios para a sua História*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. 3v.
- _____. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais (1703-1720)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, 2 v.
- _____. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.
- VELHO, Gilberto. “Patrimônio, negociação e conflito”. *Mana*, 12 (1), 2006, p. 237-248.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775-1875”. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/volo4_atg4.htm. Acesso: 07/10/2008.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel. “A representação da sociedade e do poder” in: Antônio Manuel Hespanha (coord.) *História de Portugal*. V. 4. Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993, p. 169-182.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Submetido em: 19 de Julho, 2010

Aprovado em: 8 de Setembro, 2010

